



jornal d@s



bancári@s

PUBLICAÇÃO NACIONAL DA CONTRAF-CUT | AGOSTO 2018

Governo quer acabar com os bancos públicos

Nesta quarta-feira (15), os bancários de todo o Brasil realizam o Dia Nacional de Luta em defesa dos bancos públicos e contra as resoluções 22 e 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Estas resoluções determinam que empresas estatais reduzam despesas com a assistência à saúde dos trabalhadores; e limita a 6,5% da folha de pagamento a participação no custeio dos planos de saúde dos funcionários pelas empresas públicas. Isso afeta tanto a Cassi (plano de saúde dos funcionários do BB), quanto o Saúde Caixa.

Não é nova a ideia de privatização dos bancos públicos. Pedro Malan, ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período 1995-2002, já havia prometido ao

Fundo Monetário Internacional (FMI) a eliminação dos bancos públicos, seja pela via das privatizações, seja pela via do seu enfraquecimento – transformando-os em bancos de segunda linha.

Essa ideia, contrária a existência de bancos públicos, ficou adormecida durante anos. Mas, agora, voltou com força total. O governo Temer e seus aliados atuam exatamente na direção proposta pelo governo FHC: Enfraquecer a função pública do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES. São várias as medidas que estão sendo tomadas contra os bancos públicos e, em consequência, contra a população.

Desde 2015, a Caixa cortou 12.791 postos de trabalho, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério

do Trabalho.

Além de promover o desemprego, sob o governo Temer os bancos públicos tiveram o atendimento à população prejudicado, tanto com a redução de pessoal, quanto com o fechamento de agências.

O Banco do Brasil, por exemplo, fechou 777 agências bancárias de 2015 a 2017. A Caixa vem realizando a mesma política, fechando as agências consideradas pelos atuais gestores como não lucrativas. Normalmente em bairros periféricos ou em pequenas cidades, onde havia apenas uma única agência bancária. As pessoas precisam se deslocar por grandes distâncias se quiserem contar com os serviços bancários.

Desta forma, os bancos públicos, assim como os privados, deixam de cumprir seu papel social, que é oferecer serviços de pagamento e recebimento à população. Deixam de cumprir a lei.

Ataque aos bancos públicos prejudica a população

Acabar com os bancos públicos é acabar com diversas políticas governamentais que contribuem com o desenvolvimento social e a redução da desigualdade social

Banco do Brasil, Caixa, BNDES e os bancos estaduais que ainda existem são imprescindíveis para o Brasil porque desempenham função social (veja infográfico) e não estão focados exclusivamente na obtenção de lucros. A política de juros adotada pelo governo junto aos bancos públicos, em 2008, foi responsável por estancar os efeitos da crise financeira internacional. Países que não contam com essas instituições ficaram muito

mais vulneráveis.

BNDES - Desde 2008, o financiamento total do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cresceu 76,2% em termos reais, chegando à casa dos R\$ 601 bi em dezembro de 2016. Desse total, R\$ 522 bi foram destinados ao investimento de empresas na economia brasileira. Desde o golpe que levou Michel Temer ao poder, no entanto, o BNDES sofreu descapitalização

de R\$ 130 bilhões, que foram devolvidos ao Tesouro Nacional. Para 2018 está prevista a devolução de mais R\$ 130 bilhões. Esse dinheiro deveria estar sendo usado para fomentar a economia nacional, mas poderá servir para pagar a dívida pública que está nas mãos dos bancos privados. Ou seja, dinheiro do povo que vai para os banqueiros. Países desenvolvidos como Alemanha contam com bancos como o BNDES.

O QUE ESTÁ EM RISCO

No Brasil, BB e Caixa respondem por:

Total do crédito > **53,1%**

Financiamento Imobiliário > **82,1%**

Crédito Agrícola > **75%**

Agências bancárias

54%

Empregos bancários

41,7%

Negociações específicas do Banco do Brasil e da Caixa não avançam

As negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) do Banco do Brasil e da Caixa não tiveram avanços. Apesar de cinco reuniões, no caso da Caixa, e seis do Banco do Brasil, as direções dos bancos apresentaram propostas de renovação do ACT que ignoram dezenas de direitos atualmente garantidos. Na Caixa, não tem horas extraordinárias, adicional de trabalho em horário noturno, PLR social, isenção de anuidade decartão de crédito, juros do cheque especial diferenciado, tarifas em conta corrente, ausências permitidas, escala de férias, jornada de trabalho, saúde caixa, suplementação do auxílio doença (licença caixa), adicional de periculosidade e insalubridade, intervalo para descanso NR 17 homologação das rescisões, GT saúde caixa, GT saúde do trabalhador, negociação permanente, incentivo a elevação por escolaridade, Incorporação REB, GT contencioso Funcef, mais contratações e abrangência do ACT.

“Recebemos a proposta com grande espanto porque além de não atender

as reivindicações dos empregados pela manutenção de direitos com a consignação de novas cláusulas, como designação efetiva das funções e a incorporação após 10 anos, ela ainda ignorou diversas cláusulas garantidas historicamente”, avaliou Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). “O debate dos empregados da Caixa e a cobrança que fazemos em mesa vem sendo não de ampliação dos direitos e sim de manutenção das conquistas históricas que os trabalhadores cada dia mais sobrecarregados e sempre comprometidos com a Caixa 100% pública merecem. Nada mais, nada menos”, afirmou o dirigente.

Os representantes dos trabalhadores explicitaram a insatisfação com relação a minuta apresentada na mesa de negociação e pressionaram por uma nova rodada de negociação que será realizada no dia 17, na sequência da próxima negociação com a Fenaban.

Já no BB, faltou uma proposta mais completa para as cláusulas econômicas. Um dos pontos de mudança é a

cláusula sobre ciclos avaliatórios para descomissionamentos. O banco havia proposto um semestre e agora propõe dois semestres. Outras cláusulas serão discutidas como a proposta de intervalo de almoço e parcelamento de férias. O BB também não apresentou a proposta de renovação do protocolo de resolução de conflitos, que mantém um canal para as denúncias de assédio moral. A Comissão de Empresa avalia que assim como os ciclos de GDP, essa cláusula é uma proteção para os funcionários. Um ponto positivo da proposta é na cláusula de ausências autorizadas, onde serão incluídos padrasto e madrasta dos funcionários.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a proposta do banco é insuficiente e incompleta. “Desta forma, a análise fica prejudicada. Queremos uma proposta que atenda as reivindicações dos bancários em outros itens além dos econômicos, como segurança bancária, melhoria nas questões de saúde e também de previdência.”